

Até setembro, País atrasa pagamentos

O Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, disse ontem, em conferência na Escola Superior de Guerra, que já existe um acordo com o Fundo Monetário Internacional sobre as medidas de ajustamento da economia brasileira, mas os diretores só aprovarão o novo programa depois que as mudanças na política salarial estiverem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Carlos Langoni explicou que o FMI entende a necessidade urgente que o Brasil tem dos empréstimos de emergência, mas ele tem um ritual, do qual não se afasta. Segundo ele, este ritual foi cumprido na fase de negociações e o Brasil está até implementando as medidas reivindicadas, como o corte nos investimentos públicos, o tabelamento das taxas de juros e a mudança da política salarial.

— O FMI — disse — concluirá o exame do relatório da comissão técnica de negociação que veio ao Brasil, dentro de mais cinco a dez dias. Depois, será elaborado um novo programa, que deverá ficar pronto no final de agosto. A elaboração do documento deve coincidir com a aprovação da nova política salarial pelo Congresso. Aprovada a política salarial, o FMI aceitará o programa para um exame e teremos a aprovação no final de setembro.

Carlos Langoni disse que o Brasil vai continuar atrasando o pagamento de suas dívidas no exterior até o final de setembro, porque o País depende do empréstimo de emergência do Fundo e só vai recebê-lo no final de setembro. O Banco Internacional de Compensações, a quem o Brasil deve US\$ 411 milhões, foi citado por ele como um exemplo de credor que "continuará no pendura por mais alguns meses".

O Presidente do Banco Central informou também que o Brasil já tem uma dívida atrasada de pouco mais de US\$ 1,4 bilhão.

Carlos Langoni disse ainda que o FMI insiste em fazer avaliações da economia brasileira pensando apenas com relação ao ano de 1983 e está esquecendo das metas de longo prazo. Esta questão, segundo ele, é ainda um dos pontos de divergências nas discussões.